



Universidade de Brasília

Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED

Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

**CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO HUMANO,
EDUCAÇÃO E INCLUSÃO ESCOLAR – UnB/UAB**

**A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DAS SÉRIES INICIAIS PARA
UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE MALHADA**

MARIA APARECIDA DOS SANTOS NOGUEIRA

ORIENTADORA: FERNANDA CUPOLILLO MIANA DE FARIA

BRASÍLIA/2015



Universidade de Brasília
Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento Humano – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde - PGPDS

MARIA APARECIDA DOS SANTOS NOGUEIRA

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DAS SÉRIES INICIAIS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE MALHADA

Monografia apresentada ao Curso de Especialização
em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar, do Departamento de Psicologia Escolar e do
Desenvolvimento Humano – PED/IP – UnB/UAB.

Orientadora: Fernanda Cupolillo Miana de Faria

BRASÍLIA/2015

TERMO DE APROVAÇÃO

MARIA APARECIDA DOS SANTOS NOGUEIRA

A FORMAÇÃO DO PROFESSOR DAS SÉRIES INICIAIS PARA UMA EDUCAÇÃO INCLUSIVA NO MUNICÍPIO DE MALHADA

Monografia aprovada como requisito parcial para obtenção do grau de Especialista do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar- UnB/UAB. Apresentação ocorrida em ____/____/2015.

Aprovada pela banca formada pelos professores:

FERNANDA CUPOLILLO MIANA DE FARIA

SILVIA URMILA ALMEIDA SANTOS

MARIA APARECIDA DOS SANTOS NOGUEIRA

BRASÍLIA/2015

AGRADECIMENTOS

Primeiramente, a Deus, que é o provedor de todas as coisas. Aos meus filhos, Delosvan dos Santos Nogueira, Delvan dos Santos Nogueira e Taynara dos Santos Nogueira, pela compreensão e paciência. Ao meu esposo, pela ajuda nas tarefas domésticas e pela compreensão. Aos meus colegas de trabalho, por aguentarem meus desabafos. Aos professores que aceitaram participar dessa pesquisa. A todos que me ajudaram, direta e indiretamente

SUMÁRIO

RESUMO

1 APRESENTAÇÃO	09
2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	13
2.1 A formação do professor no contexto da educação inclusiva	13
2.1.2 Formação inicial e continuada do professor	16
2.1.3 Premissas da formação de professores	18
2.1.4 A educação inclusiva e a legislação	19
2.1.5 O processo de educação inclusiva no município de Malhada	28
3 OBJETIVOS	34
4 METODOLOGIA	35
4.1 Fundamentação Teórica da Metodologia	35
4.2 Contexto da Pesquisa	35
4.3 Participantes	35
4.4 Materiais	37
4.5 Instrumentos de Construção de Dados	37
4.6 Procedimentos de Construção de Dados	38
4.7 Procedimentos de Análise de Dados	38
5 RESULTADOS E DISCUSSÃO	39
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
REFERÊNCIAS	58
APÊNDICES	62
A- Questionário - Professor (Modelo)	62
ANEXOS	64
A-Carta de apresentação –Escola(Modelo)	64
B-Termo de Consentimento Livre Esclarecido –Professor	65
C- Aceite institucional	66

LISTA DE QUADROS, TABELAS OU GRÁFICOS

Quadro1 Matrículas na educação especial no município (2013)	30
Quadro 2 Matrículas na educação especial do município (2014)	31
Quadro 3 Informações sobre os participantes	36
Quadro 4 Questão 4	39
Quadro 5 Questão 5	41
Quadro 6 Questão 6	41
Quadro 7 Questão 7	42
Quadro 8 Questão 8	44
Quadro 9 Questão 9	47
Quadro10 Questão 10	49
Quadro 11 Questão 11	50
Quadro 12 Questão 12	52
Quadro 13 Questão 13	53

RESUMO

O problema da pesquisa do presente trabalho é: como a formação do professor interfere no processo de inclusão. Objetiva-se, portanto, pesquisar como a formação dos professores das séries iniciais tem impactado em uma escola no município de Malhada. A proposta metodológica da pesquisa é de cunho qualitativo e exploratório. Foram aplicados questionários diretamente com os professores da referida escola, assim como observações de situações rotineiras da escola. A finalidade é a de compreender o quanto a formação do professor contribui para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem dos alunos com necessidades educacionais especiais e também para a promoção de transformações, tentando minimizar a dissociação entre teoria e prática. O estudo realizado nos mostra o quanto é importante ter uma boa formação para que se melhore o desenvolvimento dos alunos. Além disso, ficou visível pela falas dos professores que eles cientes de que não estão preparados para atender às reais necessidades dos alunos com deficiência. Partindo da ideia de que inclusão é atender a todos, vale dizer que é necessário mais investimento na formação do professor, com vistas a contribuir para uma prática profissional mais consistente e condizente com as necessidades de cada educando.

Palavras-chave: formação de professores; educação inclusiva; prática reflexiva.

1 APRESENTAÇÃO

Um dos desafios encontrados hoje no âmbito escolar é a formação do professor, principalmente no que diz respeito ao trabalho com alunos com deficiência. Mesmo aqueles que passaram por uma faculdade ainda continuam sentindo dificuldade de trabalhar com essa clientela, pois há uma distorção entre teoria e prática. Além disso, as disciplinas referentes à educação especial de alguns cursos não dão suporte suficiente para o professor atender a esses alunos, e muitos se sentem aflitos e inseguros com a possibilidade de receber alunos com necessidades educacionais especiais na sala de aula. E isso contradiz a legislação brasileira, que prevê que todos os cursos de formação de professores, do magistério à licenciatura, devem capacitá-los para receber esses alunos. A Lei 9394/96, no documento das Diretrizes e Bases da Educação Nacional, em seu Artigo 59, diz que os sistemas de ensino irão assegurar aos educandos com necessidades educacionais especiais: currículos, métodos, técnicas, recursos educativos e organização específica, para atender às suas necessidades.

A formação do professor é de suma importância para que a escola consiga alcançar melhores resultados, pois o docente deve procurar adotar uma postura crítica, que deverá auxiliar no desenvolvimento crítico-reflexivo do aluno. Para isso, faz-se necessário que o professor tenha uma boa formação inicial e também uma formação continuada, para que possa tomar consciência de questões que anteriormente eram ignoradas.

Sendo professora há algum tempo e durante minha carreira na área da educação, deparei-me com alunos com deficiência e vejo o quanto não fui preparada para trabalhar com este público. Assim, também acredito que muitos colegas, pelos relatos que fazem, também se sentem da mesma forma

Propus-me a pesquisar sobre esse tema para, senão sanar, pelo menos abrandar minhas angústias em relação à inclusão. Durante meus estudos, desde as séries iniciais até o ensino superior, não me lembro de ter tido contato com

peessoas com deficiência. Ainda no magistério, estudei algumas didáticas, fiz alguns estágios, depois ingressei na faculdade; em nenhum desses espaços, no entanto, foi oferecido algo que me fizesse refletir sobre o desenvolvimento dos alunos com NEE. Até então, aqui na minha cidade, pouco se falava em educação inclusiva: havia alguns alunos na escola, mas estes eram meramente integrados e não incluídos. Segundo Mourão (Sasaki, 2006 apud Mourão 2012 p. 7), a integração propõe a inserção parcial do sujeito, enquanto que a inclusão propõe a inserção total. Embora muitos pensem que integração e inclusão são a mesma coisa, percebe-se que consistem em processos distintos.

Nos últimos anos, o processo de inclusão escolar vem mudando tanto em relação ao número de alunos na escola quanto na preparação dos profissionais frente a essa nova realidade. Hoje o aluno com deficiência tem facilidade de adentrar na escola; porém, a garantia da qualidade de ensino ainda está deixando a desejar, ou seja, a escola ainda não está conseguindo fazer com que esse aluno se desenvolva plenamente. Muitos professores não se encontram preparados para atender a essa clientela; falta-lhes formação para tal. E isso é visível quando se observa o resultado da aprendizagem da maioria dos alunos, que está no nível abaixo do esperado. O Ideb (Índice de Desenvolvimento da Educação Básica), que varia em uma escala de 0 a 10, no município de Malhada, alcançou no ano de 2013, 4,0 nas séries iniciais e 3,1, nos anos finais do ensino fundamental.

Embora as séries iniciais tenham alcançado a meta para o município, que era de 3.9 para 2013, houve uma queda, pois em 2011 ela ficou em 4,1. Já a meta para as séries finais era de 3,5. Na escola foco dessa pesquisa, o Ideb, em 2013, foi de 3,8, enquanto a meta era de 4,8. A meta do Ideb nacional é de 6,0 pontos. Com base nessa meta, o IDH-Educação (Índice de Desenvolvimento humano-Educação) do município é considerado baixo. A formação do professor é crucial para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Muitas vezes o professor até tenta realizar um bom trabalho, mas por não ter uma boa formação, os resultados são mais limitados. Espero que, com essa pesquisa, seja possível diminuir nossas angústias em

relação à aprendizagem dos alunos com NEE e encontrar respostas para nossas indagações em torno dessa temática.

A preocupação com a qualidade da educação é algo que cada dia vem aumentando. Soma-se a essa inquietação a formação do professor, sobretudo ¹no que diz respeito ao trabalho com alunos com deficiência. Frente a essa temática, levanto o seguinte questionamento: Como a formação do professor interfere no processo de inclusão? Segundo Pletsch, “É relevante destacar que, de modo geral, a formação recebida pelos professores influencia diretamente no desenvolvimento dos alunos” (LIBÂNEO, 1998 apud PLETSCHE, 2005, p. 6).

Sabe-se que a formação do profissional (professor) é decisiva para o progresso da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Nesse contexto, faz-se necessário buscar compreender que saberes constituem o fazer pedagógico dos professores que atuam no município de Malhada. Já que hoje se exige muito mais do professor no sentido de acompanhar as constantes transformações da sociedade. Essas transformações estabelecem que o professor busque adquirir múltiplos saberes, a fim de tentar acompanhá-las para atender às reais necessidades dos educandos, o que ocorrerá a médio e longo prazo.

Visto que o aprender é contínuo, faz-se necessário que o professor busque estar atento e envolvido no processo inclusivo. Sendo agente fundamental desse contexto, ele deve estar procurando sempre melhorar sua práxis e isso não acontece senão com a formação continuada. Conforme ressalta Perrenoud, “a formação contínua possibilita ao professor enfrentar as transformações no sistema educacional” (PERRENOUD, 1999 apud SANTOS, 2006, p. 8).

Entendendo, portanto, a escola como um ambiente apropriado para a construção de alicerces de conhecimento capazes de sustentar uma vida em equilíbrio na sociedade, urge repensar a atuação de um professor aparelhado em termos práticos e teóricos para ministrar um ensino voltado à transformação.

Diante da situação em que se encontra o processo educacional, é necessário que o profissional de ensino esteja instrumentado para desenvolver sua práxis em conformidade com as exigências sociais atuais. Além disso, através de observações e visitas a algumas escolas do município, realizadas durante o curso (Desenvolvimento humano educação e Inclusão escolar) visando ao cumprimento de algumas atividades, bem como de conversas informais com colegas de trabalho nas escolas, percebe-se o quanto se questiona a formação do professor para lidar com alunos com deficiência.

Por isso, optei por pesquisar sobre a formação do professor das séries iniciais, entendendo que esse profissional deve ter uma boa formação para desenvolver práticas pedagógicas eficientes, que venham a ser desempenhadas de maneira responsável e satisfatória em seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. Também se tem como intuito desvelar os saberes constituídos por parte dos professores no âmbito da educação especial, bem como provocar uma reflexão sobre a importância de uma boa formação para atender a alunos com necessidades educacionais especiais.

É impossível falar de qualidade de ensino sem falar da formação do professor, já que essas questões estão intimamente atreladas. Daí a importância e necessidade de se realizar essa pesquisa. Nesse sentido, a mesma se constitui como um estudo qualitativo e de cunho exploratório. Foi realizada uma pesquisa de campo, a fim de colher dados que norteassem a forma de ensino para uma educação inclusiva.

Nota-se uma preocupação e insatisfação por parte dos docentes devido às circunstâncias, dificuldades em fazer o aluno avançar em sua aprendizagem, pois há muitos alunos em defasagem idade-série e que parecem já ter perdido o interesse pela escola. Os professores não conseguem atrair esses alunos para que os mesmos realmente aprendam. Além disso, há conflitos quanto à sua formação profissional, realidade constatada durante as observações, experiências vivenciadas e conversas informais com professores. Hoje as dificuldades de ser professor são diversas, pois muitos deles têm uma carga horária sobrecarregada por conta do baixo salário, falta de reconhecimento, dentre outros fatores que acabam acarretando um “mau”

desempenho desse profissional. A formação e a capacitação docente impõem-se como metas principais a serem alcançadas na concretização do sistema educacional, de modo a incluir a todos verdadeiramente (BRASIL, 1999). Pensando nisso, vale repensar a atuação do professor diante de um ensino para a transformação. Os professores têm um papel fundamental na construção de uma escola para todos e, para realizarem sua função social como educadores, devem adquirir habilidades para refletir sobre as práticas de ensino em sala de aula.

No intento de compreender o quanto o processo de formação do professor contribui para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem de alunos com necessidades educacionais especiais e também para a promoção de transformações, tentando minimizar a dissociação entre teoria e prática, é que venho realizar essa pesquisa. Pretendo buscar subsídios para este trabalho utilizando-me dos seguintes autores: Freire (1996), Comenius (1996), Castro (2002), Perrenoud (1999), Nunes (2001), Jannuzzi (1995), Stainbacks (1999), Ribeiro (2005), Schön (1992), Raposo (2006), Vigotsky (1994), Ribeiro (2005), Santos (2006), Marçal (2010), dentre outros. Também serão utilizados documentos como legislação e diretrizes (PNE, LDB9394/96, 1988), Declaração da Salamanca (1994), dentre outros. Os mesmos foram escolhidos porque fizeram vários estudos na área da educação além de serem autores renomados e terem um amplo conhecimento sobre o tema da minha pesquisa, e os documentos, porque conferem um respaldo à discussão sobre educação inclusiva.

Para o entendimento da temática aqui focalizada, a fundamentação teórica da presente monografia foi organizada em cinco tópicos. O primeiro discute a formação do professor no contexto da educação inclusiva. O segundo aborda a formação inicial e continuada do professor. O terceiro relata as premissas da formação do professor, o quarto a educação inclusiva e a legislação e o quinto enfoca o processo de inclusão educacional no município de Malhada.

2 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

2.1 A formação do professor no contexto da educação inclusiva

O fundamento da educação inclusiva está centrado numa concepção de educação de qualidade para todos, enfatizando o respeito à diversidade dos educandos. A Constituição Federal, por exemplo, rejeita qualquer forma de discriminação ao proclamar que todos são iguais perante a lei. Também o princípio da igualdade, defendido pelos direitos humanos, assegura o respeito às diferenças e determina que todos devem ser tratados igualmente quando a desigualdade puder implicar prejuízo de alguns. Nesse sentido, a igualdade assegura ao ser humano o direito de ser diferente, principalmente pelo fato de que nenhum ser humano é igual ao seu semelhante. Cada pessoa tem sua própria singularidade, que a distingue como ser humano individual. Nessa perspectiva, a inclusão é defendida como inerente ao direito subjetivo do cidadão à educação, considerada sua diversidade e respectivas especificações (BEZERRA & SOUZA, 2012).

Nesse sentido, a educação inclusiva é o caminho viável para ampliar a participação de todos e abranger a diversidade. Mediante a urgência de se ter escolas que venham a atender às necessidades de cada um é que a inclusão vem gradualmente se expandindo na sociedade, abrindo horizontes para o desenvolvimento de práticas inclusivas. Apesar de termos avançado muito nesse aspecto, ainda há um ranço de alguns estigmas e preconceitos em relação às pessoas com deficiência. Como a ignorância no sentido de não conhecimento, o sentimento de negação, o estigma da incapacidade e invalidez, o olhar de pena e as barreiras que impedem que a pessoa com deficiência se desenvolva plenamente.

O processo inclusivo vem se acelerando a cada dia, principalmente com o reconhecimento da educação inclusiva como diretriz educacional, o que, de certa forma, obriga o governo, a escola e a sociedade a terem uma política de respeito e responsabilidade com o acesso, a permanência e o sucesso acadêmico de todos os alunos. Diante disso, Rodrigues diz que: “se a diferença

é comum a todos e assumimos a classe como heterogênea, é importante responder a essa heterogeneidade em termos de estratégias de ensino e aprendizagem” (RODRIGUES, 2006, p. 11).

Para que o alunado tenha sucesso, independentemente de suas diferenças, portanto, faz-se necessário que, além das políticas voltadas para essa temática, o profissional (professor) tenha uma boa formação.

Educar para a diversidade ainda é muito difícil no sentido de preparar e adequar as práticas pedagógicas, acomodando os diferentes estilos e ritmos de aprendizagem e assegurando a todos, independentemente de terem deficiência ou não, a educação de qualidade. Um dos fatores dessa dificuldade está centrada na formação do professor.

Quando se trata de inclusão, aspectos vinculados à formação do professor devem ser especialmente considerados, uma vez que este deveria estar preparado e seguro para trabalhar com o aluno com deficiência. Nesse sentido, o professor precisa tomar consciência de sua própria atuação e de como melhorá-la, no sentido de atender ao que lhe é atribuído.

Desse modo, a formação surge da necessidade de uma nova visão pessoal e social, adequada às exigências impostas a essa. Nessa perspectiva, parafraseando Perrenoud (1999), vê-se a necessidade de modificações na formação do professor, já que os ensinamentos recebidos pelos mesmos durante o processo de formação não atendem às necessidades atuais.

Temos que considerar a formação como um investimento, no sentido de melhorar a prática pedagógica e obter melhores resultados no processo de ensino-aprendizagem. Santos (2006) ressalta que o professor não conduz a formação continuada arbitrariamente; no mínimo, é uma prática para criar condições de possibilitar o crescimento do aluno.

2.1.2 Formação inicial e continuada do professor

Muito se discute sobre a formação do professor, que ainda está com uma lacuna para atender a essa clientela (alunos com deficiência), o que causa preocupação e insatisfação por parte dos docentes. De acordo com Marçal, (2010, p. 7 apud. CANÁRIO, 1991), a formação de professores/as foi, durante muitos anos, entendida como sendo apenas o processo de formação inicial. Sabemos, porém, que a formação do professor é um processo contínuo e inacabado, pois vivemos em uma sociedade na qual as mudanças acontecem de forma muito rápida, não só na área da educação como também em todas as áreas da sociedade. Porém, essas transformações impõem à escola a responsabilidade de formação da personalidade do indivíduo, tendo em vista a transmissão cultural do conhecimento acumulado historicamente. Nessa perspectiva, o profissional da educação deve estar apto para atender às necessidades educacionais do mundo atual.

Décadas atrás, tinha-se a crença de que, quando se terminava a graduação, o profissional estaria apto para atuar na sua área para o resto da vida. Mas atualmente, na situação em que se encontra nosso sistema educacional, essa crença já não é mais aceita. Frente às mudanças na sociedade e também às propagações das fontes de saberes, somente este tipo de formação não basta para atender à sociedade atual, até pelo fato de o professor ser considerado um formador de opinião, culturalmente autorizado a capacitar indivíduos. Além disso, o professor precisa não só do saber em sala de aula, mas também dos saberes que darão frutos fora dos espaços escolares. Os professores não podem mais ser aqueles profissionais que simplesmente repassam os conteúdos dos livros didáticos; muito menos, meros transmissores de conhecimento, portadores de verdades absolutas.

Nesse contexto, verifica-se a necessidade de uma formação continuada em seu processo de atuação profissional. É nesse tipo de formação que o professor reflete sobre sua prática pedagógica. Nesse sentido, Freire (1996, p. 48) afirma que: “é pensando criticamente a prática de hoje e de ontem que se pode melhorar a próxima prática”. Essa reflexão pressupõe uma mudança de

atitude diante do desafio de que se tenha uma educação inclusiva que venha atender a todos.

O interesse e a preocupação pela qualidade da formação dos professores são constantes, sendo consenso o fato de não se falar de renovação, inovação ou mudanças na educação sem se pensar na formação do professor. Isto porque se costuma atribuir ao educador a tarefa de regular o nível e a qualidade do ensino, bem como a melhoria da educação que se quer para o indivíduo. Além disso, esse profissional está diretamente em contato com o educando.

Muito se fala sobre o distanciamento entre teoria e prática dentro do ensino. Ao mesmo tempo em que se verifica a existência de muitos discursos “bonitos” em torno da educação, os resultados na prática são completamente diferentes. Embora sejam processos distintos, esses momentos devem andar juntos, para que o ensino tenha uma melhor qualidade. Ação e reflexão se dão simultaneamente (FREIRE, 1983, p. 149).

Um dos desafios fundamentais para o profissional da educação é distinguir e compreender as teorias subentendidas na sua própria prática e originar condições para que, diante das teorias, sejam modificados seus pontos de vista, atitudes, posturas e atuação no exercício educacional.

Embora a teoria seja importante, o professor não pode se apoiar somente nesta, mas deve ir se formando na relação teoria e prática, pois é a partir da ação e da reflexão que o professor se constrói como indivíduo em pleno estado de mudança.

Os professores detêm conhecimentos teóricos e práticos adquiridos ao longo de seu processo de vida e formação; conhecimentos que se explicitam nas ações que desenvolvem no interior da sala de aula; conhecimentos que se atualizam a cada dia, em sua relação com os alunos e com seus pares, nas experiências que vivenciam dentro e fora do ambiente escolar, sempre que refletem na ação, sobre a ação e sobre a reflexão na ação (SCHÖN, 1995).

2.1.3 Premissas da formação de professores

Dentro do contexto educacional, várias temáticas são abordadas e discutidas; entre elas, a formação do professor. São esses profissionais que irão preparar os cidadãos que visam obter um espaço na sociedade, uma vez que o papel do educador é fazer com que o indivíduo desenvolva sua capacidade cognitiva, bem como possibilitar sua autonomia para que ele possa se sobressair na sociedade. O professor, portanto, influencia sua constituição pessoal, humana, suas atitudes, valores e práticas. Sendo assim, a formação futura de um aluno está intimamente ligada à formação do professor.

O preparo para ser professor, por muitos séculos, permaneceu focalizado exclusivamente no domínio do conteúdo. Mas hoje a formação desses profissionais compreende torná-los habilitados e capacitados, com a finalidade não só de compor ou reproduzir modelos a serem seguidos, mas contribuir para que sejam trabalhadores compromissados com as atividades que desempenham, e que tenham responsabilidade social.

Nesse sentido, uma educação de qualidade exige do professor o conhecimento sobre os diferentes sentidos e importâncias designadas a um educador. Além disso, implica desenvolver a capacidade e as motivações nos discentes em relação às informações transmitidas. O docente também tem que saber lidar com problemas inéditos e inesperados no ambiente escolar e fora dele, instigando seu espírito criativo, a fim de facilitar a aprendizagem dos educandos e desenvolvendo, assim, sua formação.

Sabe-se que a lei exige que o professor seja habilitado para atuar em sala de aula. Se, por um lado, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação avança neste ponto, ao exigir do profissional da Educação, em nível médio, formação em nível superior (Art. 62), por outro lado, o Ministério da Educação dá um passo atrás, ao permitir que profissionais não formados para a tarefa específica de ser professor possam atuar após satisfazer a exigência de carga horária em disciplinas pedagógicas. A falta de habilitação dos professores na área que lecionam pode prejudicar o ensino. Não basta que a pessoa seja competente em uma determinada matéria, ela tem que saber ensinar os conteúdos dessa matéria e isso se aprende durante a formação no curso específico.

No Brasil, é comum vermos o professor sem formação específica atuando na sala de aula, pois muitas vezes a profissão de professor torna-se um “bico”. Além disso, muitos trabalham por contrato temporário e/ou às vezes, por serem mal remunerados, sobrecarregam-se, ministrando disciplinas com as quais não possuem muita familiaridade. Assim, se vai ministrando um ensino de forma amadora, sem um alicerce teórico que oriente suas ações práticas. Essa situação contribui para a base do estereótipo de que “qualquer um” pode ser professor.

Segundo o senso escolar de 2012, de cada 10 professores que lecionam na educação básica brasileira, dois trabalham sem diploma de ensino superior. Isso nos mostra a discrepância existente entre o que designa a Lei de Diretrizes e Bases e o que acontece na realidade. Além disso, um fato que vale ser ressaltado é a deficiência na formação dos professores, que vai além da falta de diploma.

Muitas vezes, um curso é encurtado, não atendendo às reais necessidades do campo educacional, ou o que é ensinado está muito distante da experiência da sala de aula. Há muita preocupação em passar os conteúdos, esquecendo-se do aperfeiçoamento no ato de ensinar. O professor precisa aprender a aprender a dar aula.

Portanto, a fim de compreender o quanto o processo de formação do professor contribui para o desenvolvimento do processo de ensino-aprendizagem, tendo como foco os alunos com necessidades educacionais especiais, e na promoção de transformações que minimizem a dissociação entre teoria e prática na escola.

2.2 Educação inclusiva e a legislação

Segundo a professora Adriana Oliveira, no Brasil, a Educação Especial se divide em dois períodos: de 1854 a 1956, é marcada por iniciativas oficiais e particulares isoladas. Surgiram nesse período o Imperial Instituto dos Meninos Cegos (1854) e o Imperial Instituto de Surdos-Mudos (1857), hoje, respectivamente, Instituto Benjamin Constant e Instituto Nacional de Educação

para Surdos. A referida autora ainda pontua que de 1957 até os dias de hoje, a Educação Especial é marcada por iniciativas em âmbito nacional.

Nessa perspectiva leis foram surgindo, a fim de melhorar o acesso e o ensino dos educandos com deficiência, bem como a sua permanência na escola. Em 1989, foi criada a Lei 7.853/89, que:

Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiência e sua integração social. Define como crime recusar, suspender, adiar, cancelar ou extinguir a matrícula de um estudante por causa de sua deficiência, em qualquer curso ou nível de ensino, seja ele público ou privada (BRASIL, 1989).

A partir dessa lei, fica claro que as pessoas com deficiência têm um amparo legal que lhes garante acesso a qualquer sistema de ensino. Seguindo a lei acima citada, elabora-se o Estatuto da Criança e do Adolescente, em 1990, que, em seu Artigo 55, reforça os dispositivos legais supracitados, determinando que: “os pais ou responsáveis têm a obrigação de matricular seus filhos ou pupilos na rede regular de ensino”. Nesse contexto, nota-se que o sentido de educação inclusiva começa a mudar, pois antes as pessoas com deficiência eram excluídas tanto da família como da escola e da sociedade em geral. Assim esses indivíduos eram segregados na sua própria residência, ou seja, isolados do sistema escolar, onde lhes era proporcionada uma educação fora da escola. Educação esta que não ajudava o sujeito a se desenvolver, pois não tinha contato com a sociedade e vice-versa. Stainback (1999) esclarece que:

Em geral os locais segregados, são prejudiciais, pois alienam os alunos. Os alunos com deficiência recebem afinal, pouca educação útil para a vida real, e os alunos sem deficiência experimentam fundamentalmente uma educação que valoriza pouco a diversidade, a cooperação e o respeito por aqueles que são diferentes. Em contraste, o ensino inclusivo proporciona às pessoas com deficiência a oportunidade de adquirir habilidades para o trabalho e para a vida em comunidade. Os alunos aprendem como atuar e interagir com seus pares, no mundo real. Igualmente importante, seus pares e professores também aprendem como agir e interagir com eles (STAINBACK, 1999, p. 25).

Sabemos que o ser humano está em constante aprendizagem e esta não ocorre de forma isolada. As pessoas precisam estar em contato umas com

as outras, para que seu desenvolvimento aconteça através das trocas de experiências. Nessa direção, Vigotski afirma que: "o comportamento do homem é formado por peculiaridades e condições biológicas e sociais do seu crescimento" (VIGOTSKI, 2001, p. 63).

Também no ano de 1990 foi elaborada a Declaração Mundial de Educação para todos, na qual constam documentos internacionais que passaram a influenciar a formulação das políticas públicas da educação inclusiva. Dentre esses documentos internacionais, um que teve grande repercussão foi a Declaração de Salamanca, de 1994, que dispõe sobre princípios, políticas e práticas na área das necessidades educacionais especiais. Pode-se dizer que o conjunto de recomendações e propostas da Declaração de Salamanca é guiado pelos seguintes princípios:

Independentemente das diferenças individuais, a educação é direito de todos; Toda criança que possui dificuldade de aprendizagem pode ser considerada com necessidades educacionais especiais; A escola deve adaptar-se às especificidades dos alunos, e não os alunos às especificidades da escola; O ensino deve ser diversificado e realizado num espaço comum a todas as crianças (DECLARAÇÃO DA SALAMANCA, 1994).

A Declaração de Salamanca foi adotada no Brasil com o intuito de implantar políticas de inclusão no ensino regular de alunos com necessidades educacionais especiais, por considerarem-na a forma mais democrática para a efetiva ampliação de oportunidades para essa população. O movimento nacional para a inclusão de alunos com necessidades educacionais especiais na escola de ensino regular representa o compromisso e o cumprimento das leis previstas na Constituição Federal, que visam ao princípio da igualdade de direitos e oportunidades educacionais para todos (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2006).

As transformações na educação brasileira vêm acontecendo de forma significativa, principalmente depois da criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN 9394/96). Em seu Artigo 59, ela:

Preconiza que os sistemas de ensino: devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e organização específicos para atender às suas necessidades; assegura a terminalidade específica àqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental em virtude de suas deficiências e; a aceleração de estudos aos superdotados para conclusão do programa escolar (LDBEM 9394/96).

Em seu Artigo 24, inciso V, define, dentre as normas para a organização da educação básica, a “possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado”, assim como, no Artigo 37, “(...) oportunidades educacionais apropriadas, consideradas as características do alunado, seus interesses, condições de vida e de trabalho, mediante cursos e exames”. Em um trecho mais enfático, do Artigo 58 e seguintes, diz-se que: “o atendimento educacional especializado será feito em classes, escolas ou serviços especializados, sempre que, em função das condições específicas dos alunos, não for possível a sua integração nas classes comuns do ensino regular” (LDBEM 9394/96).

Diante do exposto acima, pode-se perceber então que a educação no Brasil ganhou novas concepções no que tange a uma escola aberta à diversidade. Ainda buscando regulamentar e melhorar as condições para que o estudante com necessidades educacionais especiais possa ter acesso e permanência na escola, foi elaborada uma gama de legislações dentre as quais darei maior destaque a Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001), A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001 e a Resolução CNE/CP, nº1/2002.

O Decreto nº 3.298, regulamentando a Lei nº 7.853/89, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa com deficiência. Define a educação especial como uma modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

As Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (Resolução CNE/CEB nº 2/2001), em seu Artigo 2º, determinam que os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas

organizarem-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais. Isso contempla, portanto, o Atendimento Educacional Especializado complementar ou suplementar à escolarização. Porém, ao admitir a possibilidade de substituir o ensino regular, acaba por não potencializar a educação inclusiva prevista no Artigo em questão. Ressalta-se aqui que este atendimento deve ser feito desde a educação infantil ao nível superior. Ainda referente a essas diretrizes, enfatiza-se a formação do professor para o ensino na diversidade, bem como para o desenvolvimento e o trabalho em equipe como elementos essenciais para a efetivação da inclusão.

No parágrafo 1º do Artigo 18 dessa diretriz, enfatiza-se que são considerados professores capacitados para atuar em classes comuns com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais aqueles que comprovem que, em sua formação, de nível médio ou superior, foram incluídos conteúdos sobre educação especial adequados ao desenvolvimento de competências e valores para: perceber as necessidades educacionais especiais dos alunos e valorizar a educação inclusiva; flexibilizar a ação pedagógica nas diferentes áreas de conhecimento de modo adequado às necessidades especiais de aprendizagem; avaliar continuamente a eficácia do processo educativo para o atendimento de necessidades educacionais especiais; atuar em equipe, inclusive com professores especializados em educação especial. Diante do exposto acima, há a necessidade de o professor ser um pesquisador e estar sempre em busca de conhecimento, pois nem sempre os cursos de formação oferecem a bagagem necessária para se trabalhar com alunos com deficiência. Entretanto, esses alunos estão na escola e temos que garantir a eles o que lhes é de direito, a aprendizagem.

A Convenção da Guatemala (1999), promulgada no Brasil pelo Decreto nº 3.956/2001, afirma que as pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais pessoas, definindo como discriminação, com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais. Embora o decreto fosse e é muito importante para requerer a eliminação de obstáculos que atrapalham o acesso à escola, ainda vemos muitas barreiras que impedem os alunos com deficiência não propriamente de

acessarem a escola, mas permanecerem nela. Muitas são as barreiras: atitudinais, como o desconhecimento e o medo; comunicacionais, pois muitos educadores ainda não conhecem a língua de sinais, e também arquitetônicas, pelo fato de algumas escolas não terem se adaptado para receber esses alunos.

A Resolução número 1 da CNE/CP, de 18 de fevereiro de 2002, estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, definindo que as instituições de ensino superior devem prever em sua organização curricular formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com necessidades educacionais especiais. A resolução também refere, em seu parágrafo 2º, que a organização curricular de cada instituição observará, além do disposto no Artigo 13 da Lei 9.394, de 20 de dezembro de 1996, outras formas de orientação inerentes à formação para a atividade docente.

No parágrafo único da referida resolução, diz-se que a aprendizagem deve ser orientada pelo princípio metodológico geral, que pode ser traduzido pela ação-reflexão-ação e que aponta a resolução de situações-problemas como uma das estratégias didáticas privilegiadas. Nesse sentido, é importante salientar que essa reflexão tem que partir do professor, pois é ele que irá trabalhar diretamente com o aluno.

A Lei nº 10.436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão, determinando que sejam garantidas formas institucionalizadas de apoiar seu uso e difusão, bem como a inclusão da disciplina de Libras como parte integrante do currículo nos cursos de formação de professores e de fonoaudiologia. Além disso, esta lei reconhece a língua de sinais como meio legal de comunicação e expressão em que o sistema linguístico é de caráter visual-motora, sendo natural de comunidades de pessoa surdas no Brasil. Para reforçar a lei acima citada foi criado o decreto nº 5.626/05 regulamenta pela própria Lei nº 10.436/02, que visa à inclusão dos alunos surdos, e dispõe sobre a inclusão da Libras como disciplina curricular, a formação e a certificação de professor, instrutor e tradutor/intérprete de Libras,

o ensino da Língua Portuguesa como segunda língua para alunos surdos e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

Entre as legislações vigentes nesse âmbito, encontra-se o Decreto nº 5.296/04, que regulamenta as Leis nº 10.048/00 e nº 10.098/00, estabelecendo normas e critérios para a promoção da acessibilidade às pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida (implementação do Programa Brasil Acessível). Também aborda características e enquadramentos de cada deficiência, ressaltando a importância de atendimento prioritário a estas pessoas. Nesse mesmo enfoque, criou-se portaria nº 2.678/02, que aprova diretrizes e normas para o uso, o ensino, a produção e a difusão do Sistema Braille em todas as modalidades de ensino, compreendendo o projeto da Grafia Braille para a Língua Portuguesa e a recomendação para o seu uso em todo o território nacional.

O Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos, lançado pela Secretaria Especial dos Direitos Humanos, pelo Ministério da Educação, pelo Ministério da Justiça e pela UNESCO, objetiva, dentre as suas ações, fomentar, no currículo da educação básica, as temáticas relativas às pessoas com deficiência e desenvolver ações afirmativas que possibilitem inclusão, acesso e permanência na educação superior. Essas ações são indispensáveis para a dignidade do ser humano, principalmente por vivermos em uma sociedade tão desigual.

O Plano de Desenvolvimento da Educação - PDE - traz como eixos a acessibilidade arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos multifuncionais e a formação docente para o Atendimento Educacional Especializado.

O Decreto nº 6.094/07 estabelece, dentre as diretrizes do Compromisso Todos pela Educação, a garantia do acesso e permanência no ensino regular e o atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos, fortalecendo a inclusão educacional nas escolas públicas e divulgar na escola e na comunidade os dados relativos à área da educação, com ênfase no Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB, referido no art. 3º. A Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva traz as

diretrizes que fundamentam uma política pública voltada à inclusão escolar, consolidando o movimento histórico brasileiro.

A Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovada pela ONU e da qual o Brasil é signatário, estabelece que os estados devem assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino. Determina, em seu Artigo 24, que:

As pessoas com deficiência não sejam excluídas do sistema educacional geral e que as crianças com deficiência não sejam excluídas do ensino fundamental gratuito e compulsório; e que elas tenham acesso ao ensino fundamental inclusivo, de qualidade e gratuito, em igualdade de condições com as demais pessoas na comunidade em que vivem (BRASIL, 2009).

O Decreto nº 6.949 promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, conferindo ao texto da Convenção um caráter de norma constitucional brasileira. Em seu Artigo 3, item a, o mencionado decreto cita alguns princípios gerais: O respeito pela dignidade e autonomia individual, inclusive a liberdade de fazer as próprias escolhas, e a independência das pessoas; a não discriminação; a plena e efetiva participação e inclusão na sociedade; o respeito pela diferença e pela aceitação das pessoas com deficiência como parte da diversidade humana e da humanidade; a igualdade de oportunidades; a acessibilidade; a igualdade entre o homem e a mulher; o respeito pelo desenvolvimento das capacidades das crianças com deficiência e pelo direito das crianças com deficiência de preservar sua identidade. Nesse sentido, cabe a todos adotar medidas para seguir os princípios propostos, a fim de que todos vivam da melhor forma possível.

A Resolução nº. 4/2009 CNE/CEB institui diretrizes operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, que deve ser oferecido, segundo consta em seu Artigo 5º:

No turno inverso da escolarização, prioritariamente nas salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em outra escola de ensino regular. O AEE pode ser realizado também em centros de Atendimento Educacional Especializado públicos e em instituições de caráter comunitário, confessional

ou filantrópico sem fins lucrativos conveniados com a Secretaria de Educação (BRASIL, 2009).

Complementando, o Artigo 9º dessa resolução diz que a elaboração e a execução do plano do AEE são de competência dos professores que atuam nas salas multifuncionais ou centros de AEE juntamente com os demais professores do ensino regular, com a participação da família e em interface com os demais serviços setoriais de saúde, assistência social, entre outros necessários ao atendimento.

O Plano Nacional de Educação (PNE), com duração de 10 anos e com vistas ao cumprimento do disposto no Artigo 214 da Constituição Federal, estabelece objetivos e metas em prol das pessoas com NEE. Dentre elas, a meta quatro, que pretende:

Universalizar, para a população de 4 a 17 anos, o atendimento escolar aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede regular de ensino. Dentre as estratégias, está garantir repasses duplos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB) a estudantes incluídos; implantar mais salas de recursos multifuncionais; fomentar a formação de professores de AEE; ampliar a oferta do AEE; manter e aprofundar o programa nacional de acessibilidade nas escolas públicas; promover a articulação entre o ensino regular e o AEE; acompanhar e monitorar o acesso à escola de quem recebe o benefício de prestação continuada (PNE, 2014, p. 55).

As metas abordadas pelo PNE são um grande avanço na educação, para a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana. Com os objetivos, metas e estratégias elaboradas pelo mesmo, faz-se com que os sistemas de ensino busquem atender melhor a essa clientela, tentando senão sanar, minimizar a desigualdade e a exclusão que ainda é um dos maiores desafios da educação brasileira. O mesmo foi criado para ser uma ferramenta capaz de conduzir a educação no processo de construção do país. Suas propostas, se bem aplicadas, podem mudar as direções educacionais desse país e trazer avanços capazes de gerar benefícios a todos os alunos.

Leis, resoluções, decretos, artigos, portarias, enfim, todos esses documentos buscam implementar políticas voltadas para a educação inclusiva, e garantir os direitos adquiridos das pessoas com necessidades educacionais especiais conquistados ao longo de vários anos. Em outras palavras, esses documentos auxiliam no processo da aquisição de direitos pelas pessoas com necessidades especiais e da plena igualdade de oportunidades a todos, o que é o início de uma vitória, mas muito ainda precisa ser feito para que a inclusão aconteça de fato.

Observando os dispositivos legais supramencionados, constata-se que a inclusão é uma proposta de intervenção ancorada pela legislação em vigor, que deve ser cumprida pela sociedade. Entretanto, sabemos que não podemos limitar nossa ação com base apenas nas proposições das leis; é necessário muito mais do que isso para que a inclusão aconteça de verdade. Assim pode-se dizer que as legislações são apenas umas das partes que compõem o todo e que ainda há um longo caminho a percorrer para que a inclusão tão desejada ocorra.

2.1.4 O processo de inclusão educacional no município de Malhada

O processo de inclusão é um assunto que está em ascensão, pois nos dias atuais não é aceitável que o indivíduo fique de fora do processo educativo por ter uma deficiência. Sabemos que a escola é um direito de todos. De acordo com a Constituição Federal (1988), em seu Artigo 205: “A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade. Visando o pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho” (BRASIL, 1988).

No município de Malhada-BA, o processo de inclusão ainda está centrado na garantia do acesso à matrícula do aluno com deficiência. Quando ele chega à escola, tem sido pouco assistido, não por falta de vontade dos professores e demais membros da escola, mas por falta de recursos, tanto materiais como humanos, capazes de garantir seu desenvolvimento integral. Acredita-se que inclusão não é apenas condição do professor isoladamente,

mas sim de toda a escola. Para trabalhar com essa nova perspectiva, são necessárias mudanças, e mudar a escola exige trabalho em muitos âmbitos.

As escolas do município precisam se reorganizar, repensando o processo educativo, adequando seu currículo, métodos, técnicas e recursos educativos específicos para atender às necessidades educacionais especiais. As dificuldades da educação malhadense permeiam não somente a inclusão, mas todo o seu funcionamento, visto que, como aponta o Índice de Desenvolvimento da Educação, os resultados têm sido insatisfatórios.

Diante disso, faz-se necessário que o município crie políticas voltadas para a inclusão, já que existem leis federais que garantem essa inclusão. Assim, o Artigo 59 da LDB (Lei de Diretrizes e Bases), em parágrafo único, determina que:

O poder Público adotará, como alternativa preferencial, a ampliação do atendimento aos educando com necessidades especiais na própria rede pública regular de ensino, independente do apoio às instituições previstas neste artigo (LDBEM, 9394/96).

Diferentemente do que consta nos documentos, os professores da rede pública não conseguem atender às especificidades de cada aluno em sua prática diária. Lidar com essas situações os deixa inseguros e preocupados. Assim, falta preparação da comunidade escolar para a efetivação das políticas voltadas para a inclusão.

É válido destacar que boa parte dos professores do município não está preparada para lidar com alunos com deficiência; falta-lhes formação específica para tal, contrariando o que se formula nas Diretrizes Curriculares para a Formação de Professores, em seu Artigo 2º, inciso I e II, além do disposto nos Artigos 12 e 13, da Lei 9.394, que dispõe de outras formas de orientação inerentes à formação para as atividades docentes; entre as quais: “O preparo para o ensino visando à aprendizagem do aluno, o colhimento e o trato da aprendizagem da diversidade” (DIRETRIZES CURRICULARES PARA FORMAÇÃO DE PROFESSORES, 2001).

É de suma importância ressaltar aqui a formação e habilitação dos profissionais da educação do município de Malhada segundo o PME (Plano

Municipal de Educação). De um total de 288 professores, 52,7% possuem licenciatura; 22,35% possuem ensino médio, normal/magistério e 21,88% possuem apenas o ensino médio.

Nota-se que boa parte dos docentes não possui a formação mínima exigida na Lei de Diretrizes e Bases, o que compromete o desenvolvimento do ensino no município, já que a formação de professores é percebida como a preparação do profissional para desempenhar a sua profissão em resposta às demandas sociais, e essas respostas têm se dado de forma insatisfatória.

A Declaração de Salamanca manifesta de modo explícito que a rede de ensino regular deverá disponibilizar os recursos necessários ao atendimento dos alunos com NEE:

Devem ser disponibilizados recursos para garantir a formação dos professores de ensino regular que atendem alunos com necessidades educacionais especiais, para apoiar centros de recursos e para os professores de educação especial ou de apoio. Também é necessário assegurar as ajudas técnicas indispensáveis para garantir o sucesso de um sistema de educação integrada, cujas estratégias devem, portanto, estar ligadas ao desenvolvimento dos serviços de apoio a nível central e intermédio (DECLARAÇÃO DE SALAMANCA, 1994, p. 42).

Na rede municipal de ensino de Malhada, de acordo com o censo de 2013, constavam 126 alunos com deficiência matriculados na rede regular de ensino, conforme se pode visualizar no quadro abaixo.

Quadro 1 - Matrículas na Educação Especial no Município de Malhada - Ano 2013

DEFICIÊNCIA	EDUCAÇÃO INFANTIL	SÉRIES INICIAIS DO E. F.	SÉRIES FINAIS DO E.F.	EJA	TOTAL
VISUAL	03	06	54	02	65
INTELECTUAL	01	15	10	08	34
FÍSICA	01	02	03	00	06
AUDITIVA	00	04	02	00	06

MÚLTIPLAS	00	02	01	00	03
ALTAS HABILIDADES/ SUPRDOTAÇÃO	00	00	00	01	01
TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO	00	00	01	03	11
TOTAL	05	36	71	14	126

Para se fazer um paralelo do número de alunos com deficiência matriculados no município nos últimos anos, é preciso mostrar os dados de 2014, como consta na tabela abaixo, bem como os resultados preliminares do censo de 2015.

Quadro 2 - Matrícula na Educação Especial no Município De Malhada - Ano 2014

DEFICIÊNCIA	EEDUCAÇÃO INFANTIL	SÉRIES INICIAIS DO E. F.	SÉRIES FINAIS DO E. F.	EJA	TOTAL
VISUAL	03	06	50	02	61
INTELECTUAL	01	15	06	08	30
FÍSICA	01	02	01	00	04
AUDITIVA	00	04	02	00	06
MÚLTIPLAS	00	02	00	00	02
ALTAS HABILIDADES /SUPERDOTAÇÃO	00	00	00	00	00
TRANSTORNOS GLOBAIS DO DESENVOLVIMENTO	00	07	01	03	11
TOTAL	05	35	60	13	114

Segundo o Educacenso 2015, o município de Malhada possui 129 alunos com deficiência (resultados preliminares).

A partir da análise dos dados apresentados, verificou-se uma oscilação no número de matrículas de alunos com deficiência no município, constatando-se um decréscimo entre os anos de 2013 e 2014. Entretanto, de 2014 para 2015, houve um acréscimo de aproximadamente 13,2%. Este fenômeno parece estar relacionado à falta de conhecimento de algumas famílias do município, que não matriculam seus filhos com deficiência na rede regular de ensino e também a outros que evadem por não se adaptarem ao ambiente escolar, em razão das barreiras que encontram no espaço. Segundo o Plano Municipal de Educação:

É possível observar que os dados registrados não condizem com a realidade numérica do referido município, pois além daqueles que ainda não foram matriculados, outros ainda não foram diagnosticados e informados no censo escolar (PME, 2014, p. 44).

Ainda nesse sentido, o PME informa que:

O atendimento de alunos com necessidades educacionais especiais, definidos pela LDB de nº 9.394/96 como Educação especial, essa modalidade no município ocorre em classes comuns, sem adaptações necessárias a esse público, apenas 5 (cinco) escolas, localizadas todas na zona rural, possuem as salas multifuncionais (PME, 2015).

Diante dos dados apresentados, fica evidente que o município precisa avançar nessa questão. Segundo a Secretaria Municipal de Educação, o município de Malhada consta de 31 (trinta e uma) escolas municipais, e como foi dito apenas 5 (cinco) possuem salas de recursos. Uma das premissas para que a educação de qualidade aconteça é a escola dotada de suportes adequados para os professores, bem como para os alunos. A escola constitui o alicerce para o desenvolvimento do indivíduo; por isso, não pode desampará-lo, deixando que o aluno, dentro da sala de aula se sinta excluído do processo de ensino-aprendizagem. Nesta direção, a Declaração de Salamanca pontua que:

As crianças e jovens com necessidades educacionais especiais devem ter acesso às escolas regulares, que a elas devem se adequar; (...) elas constituem os meios mais capazes para

combater as atitudes discriminatórias, construindo uma sociedade inclusiva e atingindo a educação para todos. (DECLARAÇÃO DA SALAMANCA, 1994, p. 8-9).

Todavia, no que concerne à inclusão, alguns ajustes já estão ocorrendo em determinadas escolas do município, a exemplo de adaptações dos ambientes educativos para a acessibilidade; construções de banheiros próprios, entre outras melhorias, o que ainda é muito pouco. Segundo o censo escolar (Inep, 2013), somente três escolas possuem sanitários acessíveis às pessoas com deficiência.

Com a criação do Plano Municipal de Educação, no qual constam algumas estratégias voltadas para o processo de inclusão e também leis que versam sobre a educação inclusiva, pode-se sonhar com a melhoria da educação do município, pois o mesmo ainda não oferece um atendimento apropriado na rede de ensino, direcionada aos alunos com deficiência, seja na questão arquitetônica, na profissional ou material.

3 OBJETIVOS

Objetivo geral:

Pesquisar como a formação dos professores das séries iniciais tem impactado no ensino de alunos com deficiência em uma escola no município de Malhada.

Objetivos específicos:

Debater sobre a importância e a necessidade de uma formação docente que atenda às necessidades e aos desafios impostos pelos paradigmas da educação inclusiva em uma escola no município de Malhada;

Observar aspectos da formação dos educadores de uma escola no município de Malhada que favoreçam a qualidade do ensino-aprendizagem;

Refletir sobre as principais dificuldades encontradas pelos docentes em suas ações para as práticas inclusivas na sala de aula do ensino regular.

4 METODOLOGIA

4.1 Fundamentação teórica

A pesquisa foi desenvolvida na cidade de Malhada, Bahia, especificamente com os docentes de uma escola municipalizada, que atende a alunos da Educação Infantil e Fundamental I.

A proposta metodológica dessa pesquisa foi de cunho qualitativo. A pesquisa qualitativa tem um caráter exploratório, uma vez que estimula o entrevistado a pensar e a se expressar livremente sobre o assunto em questão, buscando a compreensão particular do mesmo, além de levantar questões que podem gerar futuras investigações. A pesquisa exploratória visa à descoberta, ao achado, à explicação de fatos que antes não eram aceitos, apesar de evidentes sob certo ponto de vista.

4.2 Contexto de pesquisa

A pesquisa foi realizada em uma escola municipalizada no município de Malhada. A instituição possui 251 (duzentos e cinquenta e um) alunos do Ensino Fundamental e 101 (cento e um) alunos da Educação Infantil, totalizando 352 (trezentos e cinquenta e dois) alunos. A escola possui 21 (vinte e um) docentes, e funciona nos turnos matutino e vespertino. Possui ainda outros funcionários: 5 (cinco) na área administrativa; 2 (dois) porteiros; 14 (quatorze) auxiliares de limpeza; 3 (três) auxiliares de nutrição; 1 (uma) diretora e 1 (uma) vice-diretora.

Vale lembrar que esta instituição dispõe de 7 (sete) salas de aula; 1 (uma) cantina e 1 (uma) sala de diretoria. Por isso, não suporta o número de alunos, e funciona no anexo de 7 (sete) salas em uma escola vizinha, no turno matutino.

4.3 Participantes

Dentre os 21 (vinte e um) professores que atuam na referida escola, 9 (nove) aceitaram participar dessa investigação. Quanto à formação dos participantes, oito cursaram pedagogia e um, matemática. Em relação à pós-graduação, apenas um professor não a possui. Três professores são pós-graduados em educação infantil; 3 (três), em alfabetização e letramento e 2 (dois), em gestão da aprendizagem escolar, conforme apontado no quadro abaixo

Quadro 3- Informações sobre os participantes.

PARTICIPANTES	ÁREA DE FORMAÇÃO	CURSO DE ESPECIALIZAÇÃO	TEMPO DE REGÊNCIA
P1	Pedagogia	Gestão da apren - dizagem escolar	11 anos
P2	Matemática	Não possui	18 anos
P3	Pedagogia	Gestão da apren - dizagem escolar	18 anos
P4	Pedagogia	Alfabetização e Letramento	12 anos
P5	Pedagogia	Educação infantil	16 anos
P6	Pedagogia	Educação infantil	19 anos
P7	Pedagogia	Alfabetização e Letramento	20 anos
P8	Pedagogia	Educação infantil	20 anos
P9	Pedagogia	Alfabetização e letramento	Mais de 20 anos

Como se pode ver, quase a totalidade dos professores concluiu o curso de pedagogia.

No que se refere ao tempo de atuação em sala de aula, a maioria dos profissionais tem um longo tempo de experiência, com no mínimo 11(onze) anos de atuação na área. Dentre esses professores, 2 (dois) atuam há vinte

anos; 1(um) deles, há mais de vinte anos; 2 (dois), há dezoito anos; 1 (um), há dezenove anos; 1(um), há dezesseis anos e 1 (um), há doze anos. Como previsto na metodologia, os resultados foram tabulados. As questões da tabela têm início no item quatro do questionário, pois os anteriores já foram incluídos na tabela anterior. Para efeito de respostas e também para manter sigilo, denominarei os professores de P1, P2, P3, P4, P5, P6, P7, P8 e P9. Logo em seguida, foi feita uma análise das informações obtidas, com o intuito de dar consistência a este trabalho. Ressaltam-se aqui as questões preeminentes da pesquisa.

4.4 Materiais

Os materiais utilizados na pesquisa foram computador, tinta, papel ofício.

4.5 Instrumento de construção de dados

As fontes de coletas de dados utilizadas são: Questionário aberto e observações junto à instituição de atuação dos docentes, assim como pesquisa bibliográfica.

A utilização do questionário facilita interrogar um elevado número de pessoas, num curto espaço de tempo, além de colher mais informação acerca daquilo que se quer saber. Foi aplicado o questionário aberto, que permite ao participante construir a resposta com as suas próprias palavras, possibilitando, deste modo, a liberdade de expressão. Ao administrar o questionário, o investigador seleciona o tipo de questão a apresentar de acordo com o fim para o qual a informação é usada.

O questionário contém 13 (treze) questões e foi entregue aos professores em mãos, com um tempo de 4 (quatro) dias para que o respondessem. Também foi dito a eles que não se preocupassem com o “certo” ou “errado” diante das respostas, que se sentissem livres para respondê-lo onde e como desejassem.

Nesta pesquisa, foram consultados os autores citados anteriormente, com reconhecida contribuição no que se refere à temática da mesma. A observação e o questionário, utilizados como técnicas para coleta de dados, ao mesmo tempo em que valorizam a presença do investigador, também dão espaço para que o sujeito investigado tenha liberdade de participar e enriquecer a investigação.

No que diz respeito ao questionário, este foi aplicado diretamente com os professores que aceitaram participar da pesquisa, os quais foram convidados a falar sobre o conceito que têm de educação inclusiva. Também, foram feitos questionamentos acerca da formação do professor, sua experiência de trabalho com crianças com necessidades educacionais especiais, tempo de serviço, realização de cursos na área de educação inclusiva, dentre outros aspectos necessários para o levantamento de dados.

4.6 Procedimentos de Construção de Dados

Participaram dessa pesquisa 9 (nove) professores. Uma professora da Educação Infantil e 8 (oito) professores do Ensino Fundamental I. Vale ressaltar que antes de conversar com os professores, a pesquisadora conversou com a diretora da escola e expôs a intenção de realizar o estudo. Durante essa conversa, ficou agendado o dia em que seria entregue a carta de apresentação e o aceite institucional. Em seguida, ocorreu uma conversa com os professores e a entrega do Termo de Consentimento Livre Esclarecido para que pudessem fazer a leitura atentamente e dar a resposta para participar da pesquisa.

4.7 Procedimentos de Análise de Dados

Após a coleta dos dados, estes foram classificados de forma sistemática através de seleção (exame minucioso dos dados), tabulação dos dados, dentre outros recursos. Esta classificação possibilita maior clareza e organização desta pesquisa.

5 RESULTADO E DISCUSSÃO

Os resultados serão apresentados em forma de quadros, a partir dos quais serão mostradas as análises dos dados decorrentes do questionário aplicado, bem como a discussão em torno do mesmo.

Quadro 4: Questão 4 *Qual o seu conceito de inclusão escolar?*

PARTICIPANTES DA PESQUISA	RESPOSTAS
P1	<i>É atender e proporcionar condições a essa clientela com deficiência desde o apoio no espaço físico, psico - cognitivo, assim englobando o processo educativo pedagógico ou metodológico da escola.</i>
P2	<i>Para mim é um assunto amplo, porque se trata do atendimento às pessoas com necessidades especiais.</i>
P3	<i>É oferecer oportunidade para que o aluno se sinta capaz de criar, desenvolver suas habilidades com suas limitações.</i>
P4	<i>É aceitar que todos são diferentes, e fazer um atendimento integral de modo que todos aprendam.</i>
P5	<i>É garantir que todos ocupem os mesmos espaços sem distinção, proporcionando condições de atendimento a todos.</i>
P6	<i>É o direito de que toda criança, adolescente ou adulto que tenha algum tipo de dificuldade ou necessidades especiais, esteja matriculado em uma escola, tendo professores qualificados a receber esse tipo de público-alvo, respeitando os limites e desenvolver uma real integração na comunidade escolar.</i>
P7	<i>É aquela que garante que todos os alunos aprendam de verdade, sem que fiquem de fora do processo de educação. Ela transforma a escola em um espaço para todos, favorece a diversidade na medida em que considera que todos os alunos podem ter necessidades especiais em algum momento de sua vida.</i>

P8	<i>É acolher a todos e fazer com estes se desenvolvam, mas esse acolhimento só terá efeito se fizer uma reformulação das práticas pedagógicas, dos espaços físicos, dentre outras coisas necessárias à inclusão.</i>
P9	<i>É garantir Atendimento Educacional Especializado aos alunos com necessidades especiais, de preferência na rede regular de ensino.</i>

Conforme argumenta Sant'ana (2005), os próprios professores possuem conceitos diversos sobre o que é educação inclusiva. Também demonstram ser favoráveis à inclusão, além de considerarem que essa é uma possibilidade viável.

Dentre as respostas dos professores a que mais se destaca é a garantia do atendimento aos alunos com deficiência como um dos principais elementos do conceito de educação inclusiva. Houve respostas pautadas na integração com o sentido de inclusão. Como se percebe, a maioria dos participantes tem uma noção do que vem a ser educação inclusiva.

A ideia da presença de pessoas com necessidades educacionais especiais na classe regular também se constitui, aqui, como o principal aspecto do conceito de inclusão. A inclusão esconde a ideia de exclusão, pois só é se inclui aquilo que está excluído.

Ao longo dos anos, a inclusão vem buscando a não exclusão e indicando ações que garantam o acesso e a permanência do aluno com deficiência no ensino regular. No entanto, marcas do passado ainda estão presentes no meio da sociedade, dificultando o processo inclusivo.

Pautando-nos nas respostas dos participantes, que dizem que inclusão é garantir, proporcionar, atender, e oferecer aos educandos melhores condições para que estes possam se desenvolver da melhor maneira possível. Tudo isso é o que se busca hoje no meio educacional, além de ser um direito

garantido por lei. De acordo com retornos à questão em pauta, os participantes parecem ansiar por uma educação inclusiva.

Quadro 5: Questão 5 *Você já fez algum curso de formação voltado para a educação especial?*

PARTICIPANTES DA PESQUISA	RESPOSTAS
P1	<i>Não</i>
P2	<i>Não</i>
P3	<i>Não</i>
P4	<i>Não</i>
P5	<i>Não</i>
P6	<i>Não</i>
P7	<i>Não</i>
P8	<i>Sim, deficiência visual</i>
P9	<i>Não</i>

Como se percebe apenas um professor fez um curso na área da educação especial. Sabemos que os cursos de formação são muito importantes para agregar conhecimentos à vida acadêmica do profissional, além de contribuírem para melhorar sua prática pedagógica, sanando as dificuldades que sentem no trabalho com pessoas com deficiência. Todavia, não é obrigatório ter uma formação específica para atuar na rede regular com alunos que possuam deficiência. Um curso de capacitação já constitui uma ajuda nesse sentido. Ou seja, isso é imprescindível para a melhoria da prática pedagógica do profissional da educação, pois, sem uma formação, torna-se muito mais complicado o trabalho do professor.

Diante disso, percebe-se que os professores da escola pesquisada ainda são leigos no que diz respeito ao conhecimento específico voltado para a educação especial.

Quadro6: Questão 6 - *Você tem alunos com necessidade educacionais especiais em sua sala ou já trabalhou com aluno com deficiência?*

PARTICIPANTES DA PESQUISA	RESPOSTAS
P1	<i>Sim</i>

P2	<i>Já trabalhei</i>
P3	<i>Sim</i>
P4	<i>Não</i>
P5	<i>Não</i>
P6	<i>Não</i>
P7	<i>Não, mas já trabalhei</i>
P8	<i>Não</i>
P9	<i>Já trabalhei</i>

Pode-se ver que uma parte dos professores trabalha ou já trabalhou com alunos com deficiência. Percebe-se, portanto, que há uma necessidade de o professor estar sempre fazendo uma reflexão sobre o ensinar-aprender, pois todos que trabalham em sala de aula estão propensos a receber um aluno com deficiência. É claro que não se pode exigir que o professor esteja preparado no sentido de ter uma formação específica, mas preparado para lidar com as diferenças e as particularidades de cada um. Sendo assim, o professor deve estar sempre estudando, pesquisando para que venha a adquirir conhecimentos que atendam a esse público.

Quadro 7: Questão 7- Como professor você está sujeito a receber alunos com deficiência em sua sala. Você se sente seguro para trabalhar com crianças que tenham NEE?

PARTICIPANTES DA PESQUISA	RESPOSTAS
P1	<i>Não, pois tenho dificuldade de estar passando os conteúdos referentes ao processo de ensino-aprendizagem.</i>
P2	<i>Não, pois não tenho a mínima preparação pra isso.</i>
P3	<i>Não, pois são muitos os fatores que me trazem preocupação. Minha falta de formação, a estrutura da escola e as salas muito cheias.</i>
P4	<i>Não</i>
P5	<i>Não, pois não tenho nenhuma formação na área.</i>
P6	<i>No momento eu não me sinto segura, pois nunca fiz um curso na área de educação especial.</i>
P7	<i>Não</i>
P8	<i>Não me sinto segura, pois vejo que é muito difícil trabalhar com essa clientela.</i>

P9	<i>Confesso que queria me preparar primeiro, pois trabalhar com crianças com necessidades educacionais especiais é muito difícil.</i>
----	---

Como se vê, foram unânimes as respostas dos professores sobre se sentirem ou não seguros para trabalhar com crianças com NEE. A maior parte deles focou na preparação/formação para atuar frente à educação especial. Nessa linha, as Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica apontam que “a formação dos professores para o ensino na diversidade, bem como para o desenvolvimento de trabalho de equipe são essenciais para a efetivação da inclusão” (BRASIL, 2001, p. 31).

Assim, podemos perceber o quão é importante se ter uma boa formação. Os participantes, embora em sua maioria tenham uma graduação e pós-graduação, sentem-se inseguros frente à educação especial. Apesar de a necessidade de preparação adequada dos profissionais da educação estar preconizada na Declaração de Salamanca (Brasil, 1994) e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Brasil, 1996) como fator essencial para a mudança em direção às escolas inclusivas, o que tem acontecido nos cursos é que aquilo que o professor aprende está distanciado da sua prática pedagógica. Não se adequa, por conseguinte, a capacitação necessária aos profissionais ao trabalho com a heterogeneidade encontrada no ambiente escolar.

Vale ressaltar a fala do P1 quando diz ter dificuldade de estar passando os conteúdos referentes ao processo de ensino-aprendizagem. A esse respeito, as Diretrizes Curriculares para a Formação do Professor informam que:

Nem sempre há clareza sobre quais são os conteúdos que o professor em formação deve aprender, em razão de precisar saber mais do que vai ensinar, e quais os conteúdos que serão objeto de sua atividade de ensino. São, assim, frequentemente desconsideradas a distinção e a necessária relação que existe entre o conhecimento do objeto de ensino, de um lado e, de outro (BRASIL, 2001, p. 20).

Ainda em se tratando da formação do professor, as Diretrizes pontuam que:

Os cursos de formação de professores para atuação multidisciplinar, geralmente, caracterizam-se por tratar superficialmente (ou mesmo não tratar) os conhecimentos sobre os objetos de ensino com os quais o futuro professor virá a trabalhar. Não instigam o diálogo com a produção contínua do conhecimento e oferecem poucas oportunidades de reinterpretá-lo para os contextos escolares no qual atuam (BRASIL, 2001, p. 20).

Uma formação que apresenta falhas traz danos para o processo inclusivo. Tem-se a ideia de que, quando o professor vai para um curso de formação, ele deve sair de lá preparado para enfrentar os desafios que irá encontrar durante sua vida acadêmica. Mas, de acordo com as respostas dadas pelos professores e também relatos feitos durante conversas com eles, não é isso que acontece. Vale destacar que a formação docente não deve se pautar somente na participação em cursos eventuais e sim em uma formação que seja permanente, pois a mesma implica o engajamento em um processo contínuo.

Quadro 8: Questão 8- Você se sente motivado a procurar algum curso de formação continuada para trabalhar especificamente com alunos com necessidades educacionais especiais?

PARTICIPANTES DA PESQUISA	RESPOSTAS
P1	<i>Não, pois o meu município juntamente com a Secretaria Educacional não têm e nem propõem nenhum curso na área da educação especial, e não o incentiva. A escola em que atuo não tem também nenhuma proposta de aprimorar a inclusão.</i>
P2	<i>Sim, desde que não tenha que ter gasto financeiro.</i>
P3	<i>Sim, tenho muito interesse, principalmente com deficientes auditivos.</i>
P4	<i>Sim.</i>
P5	<i>No momento, não.</i>
P6	<i>Sim, como professora estou sujeita a receber alunos que tenham algum tipo</i>

	<i>de necessidade educacional especial.</i>
P7	<i>Sim, seria de grande valia ter esta preparação para trabalhar com crianças com NEE.</i>
P8	<i>Até o momento, não.</i>
P9	<i>Sim, a partir de uma formação, com certeza poderei trabalhar de forma prazerosa e aprender muito com essa criança.</i>

Diante das respostas, percebe-se que o professor tem certa preocupação em se preparar para trabalhar com pessoas que possuam deficiência, talvez porque nos cursos superiores aprenderam apenas a lidar com a teoria e não tiveram acesso às práticas pedagógicas diretamente com alunos com necessidades educacionais especiais, e a ausência dessa prática os deixa inseguros, pois falta-lhes experiência. Eles têm consciência de que uma formação é de grande valia para sua atuação profissional. O professor deve estar preparado para receber alunos com deficiência, mesmo antes de ele chegar no ambiente escolar e também durante o processo descobrir quais as suas reais necessidades. Nesse sentido, a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (2008) ressalta que:

Para atuar na educação especial, o professor deve ter como base de sua formação, inicial e continuada, conhecimentos gerais para o exercício da docência e conhecimentos específicos da área. Essa formação possibilita a atuação no atendimento educacional especializado e deve aprofundar o caráter interativo e interdisciplinar da atuação nas salas comuns do ensino regular, nas salas de recursos, os centros de atendimento educacional especializado, nos núcleos de acessibilidade das instituições de educação superior, nas classes hospitalares e nos ambientes domiciliares, para a oferta dos serviços e recursos da educação especial (BRASIL, 2008, p.17-18).

A vontade desses professores em realizar cursos na área da educação especial nos mostra que estão abertos a mudanças e que querem sair da “zona de conforto” em busca de novos horizontes para a melhoria de suas práticas.

Enfatizando a resposta do P1, percebe-se que os poderes constituintes pouco têm investido na formação de seus profissionais (formação voltada para a educação especial). Percebe-se também que as ações nas políticas de formação dos professores em resposta aos desafios enfrentados não têm

acontecido. Diante disso, nota-se a carência de oportunidades de formação continuada.

Sabemos que a implementação de políticas que incentivam a formação docente é de suma importância para a valorização e contribuição na transformação da educação, já que o professor é protagonista do processo de ensino-aprendizagem.

Quanto aos professores que não se sentem motivados a realizar um curso de formação continuada na área da educação especial, tem-se como uma das hipóteses temerem, enfrentar a real situação em que se encontra a educação inclusiva no município. Também se pode citar aqui uma série de fatores que desmotivam o professor, como a ausência dos pais na vida escolar dos filhos, a carga horária excessiva, os baixos salários, inclusive se nos pautamos na fala do P2. Tal situação impossibilita, muitas vezes, que o professor invista na sua formação e compromete as condições para que este profissional ingresse e permaneça no curso até o final. Compreendemos que a desmotivação dos docentes se reflete diretamente no processo de ensino-aprendizagem levado a cabo por eles.

Atualmente, a formação educadora tem se tornado um desafio e diante dela há a necessidade de se adotar algumas atitudes. Atitudes essas que não podem partir somente do professor, pois este não consegue construir nada sozinho. Porém, o professor é responsável pela aprendizagem dos alunos e deve partir dele a vontade de estar constantemente voltado para os enfoques da sua formação e aprendizagem.

Sabemos que existe uma série de barreiras que atrapalham uma boa formação docente, e mesmo que não sejam consideradas as causas de ordem econômica e social, cooperam para degradar a condição e a atuação do professorado. São problemas diretamente ligados à sua preparação, tanto na área científica quanto pedagógica, que induzem o modelo vigente de formação a não atingir inteiramente seus objetivos.

Não obstante as respostas exibidas, deve-se ressaltar que o educador precisa ter noção do valor dos cursos de capacitação para a efetivação do seu trabalho e tomar consciência da necessidade de seu constante aprimoramento.

Quadro 9: Questão 9- *Sabemos que apenas a presença do aluno na escola não garante sua inclusão. Como você vê a inclusão educacional no município de Malhada?*

PARTICIPANTES DA PESQUISA	RESPOSTAS
P1	<i>Uma negação, em todos os aspectos, desde a estrutura física à pedagógica.</i>
P2	<i>Muito distante do que diz a lei, pois ainda está no “faz de conta”.</i>
P3	<i>O aluno é aceito na escola porque a lei obriga, mas este não é trabalhado como deveria. Ele está na escola, mas não está incluso.</i>
P4	<i>No meu ponto de vista, ainda faltam recursos para trabalhar, além de profissionais capacitados.</i>
P5	<i>Sem nenhuma perspectiva de um atendimento eficiente para essas crianças.</i>
P6	<i>Vejo que este aluno está na escola somente para ocupar espaço. A escola não está preparada para receber este tipo de aluno, tampouco os professores, que não têm nenhuma preparação para receber este tipo de aluno.</i>
P7	<i>Vejo que o município não está preparado para esta questão, pois para fazer a inclusão de verdade e garantir a aprendizagem de todos os alunos é preciso que haja a formação de professores e criar uma rede de apoio entre alunos, professores, gestores escolares, famílias, e profissionais que atendem às crianças com necessidades educacionais especiais e isto não se vê neste município.</i>
P8	<i>Em nosso município, vejo que não há essa inclusão como deveria haver, pois não se tem nenhum apoio ao professor, simplesmente se inclui na sala.</i>
P9	<i>Vejo como um caso isolado. Mesmo sendo incluso, a maioria das escolas não está preparada para receber essa criança. Ela se tornaria excluída por não ter profissionais preparados para atendê-la.</i>

Houve uma unanimidade nas respostas dos participantes em torno de o município ainda não realizar uma educação que seja realmente inclusiva. E essa falta de inclusão, segundo as respostas dos professores, estaria pautada na falta de recursos materiais, humanos, arquitetônicos e pedagógicos, formação e preparação dos professores, dentre outros.

Podemos observar que o tema inclusão é amplo e permite ao professor debater sobre as transformações necessárias para a educação. Nesse contexto, ressalto a fala do P7, quando diz que, para se fazer uma inclusão de verdade, deve haver uma rede de apoio que ligue toda a comunidade escolar. Sabemos que é de responsabilidade do professor o trabalho em sala de aula, mas este deve buscar apoio junto aos pais, profissionais especializados, dentre outros, visando à melhoria do processo de ensino-aprendizagem.

Apesar de não estar em consonância com as diretrizes e legislações voltadas para a educação inclusiva, o município criou neste ano de 2015 o PME (Plano Municipal de Educação), que apresenta estratégias e metas voltadas para a educação especial, dentre as quais pode-se citar:

Garantir, em regime com o estado da Bahia ou Governo Federal, a oferta de cursos de formação continuada aos docentes que estão atuando nas classes que contêm alunos com deficiência ali matriculados; Promover parcerias com instituições comunitárias ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando ampliar a oferta de formação continuada e a produção de material didático acessível, assim como os serviços de acessibilidade necessários ao pleno acesso, participação e aprendizagem dos estudantes com deficiência e, além disso, favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo (PME, 2015).

Podemos perceber que, embora o município ainda não tenha concretizado o processo de educação inclusiva, está direcionando caminhos para que isso se desenvolva.

Quadro 10: Questão 10 *A formação do professor é crucial para a melhoria do processo de ensino-aprendizagem. Para você, de que maneira a formação do professor interfere nesse processo?*

PARTICIPANTES DA PESQUISA	RESPOSTAS
P1	<i>Ter conhecimento na área de educação especial, ser flexível, buscar um trabalho que englobe todos os aspectos, desde as abordagens pedagógicas até a humanística, política, sociointeracionista, bem como a organização do trabalho docente.</i>
P2	<i>Em parte sim; porém, o professor necessita de amparo pedagógico, espaço físico e de outros profissionais.</i>
P3	<i>Com toda certeza: como vou desempenhar um bom trabalho sem o conhecimento necessário?</i>
P4	<i>De forma direta, sim, já que para um bom resultado é necessária a intervenção de um bom profissional.</i>
P5	<i>É essencial, pois é através do professor que são detectados os avanços e fracassos. E, nesse sentido, o professor estará apto a tomar decisões que [irão culminar no desenvolvimento] do processo de ensino-aprendizagem.</i>
P6	<i>O professor deve estar cada vez mais buscando melhorar a sua prática pedagógica, participando das formações continuadas para o melhoramento da aprendizagem do aluno.</i>
P7	<i>Interferiria na nossa metodologia, pois, com a preparação, trabalharíamos sem dificuldades e nos ajudaríamos na mudança de políticas educacionais e de implementação de projetos educacionais, de sentido excludente ao sentido inclusivo.</i>
P8	<i>Acredito que, para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem, a formação do professor influencia, pois a concepção didática é muito mais complexa, envolvendo teoria e prática.</i>
P9	<i>O professor a cada dia procura desempenhar o seu papel na sala de aula. E para isso, está sempre investindo na sua carreira profissional. Estudando mais, participando de formação continuada, se graduando para que seus alunos tenham uma aprendizagem mais significativa.</i>

No discurso dos participantes, percebe-se a ideia de que a formação tem um peso muito grande no processo de ensino-aprendizagem. Os professores parecem sentir a necessidade de se prepararem para que tenham condições de atender e garantir aos alunos com deficiência o acesso à aprendizagem. Assim, fica claro que as instâncias políticas devem propiciar aos educadores uma formação que provoque reflexão e discussão sobre a escolaridade do aluno com deficiência.

O Plano Nacional de Educação nos mostra que o avanço da qualidade do ensino constitui uma prioridade, que somente poderá ser alcançada se for promovida, paralelamente, a valorização do profissional. Sem isso, seriam frustrados quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades do ensino. Essa valorização só pode ser obtida por meio de uma política global de magistério, que implica: formação profissional inicial; condições de trabalho, salário e carreira; formação continuada.

Nesse sentido, devem ser disponibilizadas condições para que os professores possam ter garantido o direito de aprender a ensinar os alunos e também permitir a eles administrar a sua própria formação enquanto docentes. Nessa direção, Perrenoud nos mostra que:

Administrar a sua própria formação contínua apresenta alguns componentes para o professor proceder em relação à autoformação, que são: estabelecer seu programa pessoal de formação contínua; negociar um projeto de formação comum com os colegas; acolher a formação dos colegas e participar delas (PERRENOUD, 2000 apud SANTOS, 2012, p. 136).

Com esta competência, além das demais, o professor poderá ensinar melhor seu aluno.

Quadro 11: Questão 11 *Como você vê seu trabalho frente à educação inclusiva e quais os desafios no seu trabalho pedagógico?*

PARTICIPANTES DA PESQUISA	RESPOSTAS
P1	<i>Todos. Enfim, o que julgar necessário para o trabalho do professor em sala de aula; a condição da estrutura física</i>

	<i>da escola que não oferece de forma adequada a inclusão dos educandos com necessidades educacionais especiais.</i>
P2	<i>Limitado, sem formação adequada e sem amparo pedagógico. O desafio é perceber as deficiências e não ter em que ou a quem buscar ajuda.</i>
P3	<i>Difícil, me sinto impotente. Preciso e quero desenvolver estudos nessa área.</i>
P4	<i>Quando me deparo com alunos com necessidades educacionais especiais, procuro ajuda através de pesquisas, conversas com profissionais que conheçam sobre a área. Mas sabe-se que no município de Malhada pouco se investe nessas necessidades educacionais especiais, deixando a desejar no quesito de acessibilidade e recursos necessários para se trabalhar com esses alunos.</i>
P5	<i>Ainda não tenho experiência dessa natureza.</i>
P6	<i>Não respondeu</i>
P7	<i>Vejo que o aluno que precisa estar incluso, na verdade está excluído por não ter esta preparação, por não ter apoio nenhum. Por isso, os desafios são muitos.</i>
P8	<i>Como já disse antes, não tenho alunos especiais e nunca trabalhei com isso.</i>
P9	<i>Necessito fazer uma formação voltada para a educação inclusiva para futuramente não sentir tanta dificuldade em trabalhar com alunos com necessidades educacionais especiais.</i>

Podemos perceber que os desafios enfrentados pelos professores são diversos. A maioria manifesta descontentamento com a falta de apoio e também de formação. Quando o P3 diz se sentir impotente e o P2, limitado, salta aos olhos a realidade não só da educação malhadense, mas da maioria dos profissionais da educação, fato que ficou evidente para mim durante as leituras que realizei a fim de elaborar o presente trabalho.

Em outras palavras, percebe-se que o professor precisa urgentemente de mudanças na sua prática e, pelas respostas, nota-se que estão abertos a elas. Nesse sentido, Ivelize diz que:

A formação continuada pode possibilitar a reflexividade e a mudança nas práticas docente, ajudando os professores a tomarem consciência das suas dificuldades, compreendendo e elaborando formas de enfrentá-las. De fato, não basta saber sobre as dificuldades da profissão, é preciso refletir sobre elas e buscar soluções, de preferência mediante ações coletivas (LIBÂNEO [s/d], p. 227 apud IVELIZE, 2012, P. 33).

Um dos desafios é o de produzir conhecimentos capazes de criar novas atitudes, que admitam a compreensão de situações difíceis no ensino. Dessa forma, os professores poderão exercer de maneira consciente e satisfatória seu papel de ensinar e aprender para a diversidade. Ainda nessa mesma direção, vale ressaltar que a mudança traz resultados benéficos quando advém da reflexão e de conflitos. As mudanças no contexto educativo são de grande relevância e os professores são a chave delas.

Entretanto, não basta mudar somente; é necessário haver um equilíbrio entre o que foi aprendido, o que se aprende e o que está sendo colocado em prática. Percebendo os desafios que se encontram em suas trajetórias profissionais, o docente deve procurar colocar em exercício práticas inovadoras, porque nada é igual ao que era antes. Mudaram os professores, os alunos, a sociedade em geral e não se aceita mais o professor como um detentor do saber.

Quadro 12: Questão 12 *Você tem conhecimento de que o governo (estadual e/ou municipal) tem disponibilizado cursos de formação continuada para o professor voltado para a educação inclusiva?*

PARTICIPANTES DA PESQUISA	RESPOSTAS
P1	<i>Sim</i>
P2	<i>Não</i>
P3	<i>Sim</i>
P4	<i>Não</i>
P5	<i>Sim, alguns pela plataforma Freire e outros endereços eletrônicos</i>
P6	<i>Sim</i>

P7	<i>Não</i>
P8	<i>Em nosso município, não tenho nenhum conhecimento de formação para essa área.</i>
P9	<i>Não respondeu</i>

As respostas dos participantes dessa questão nos mostram que metade dos professores diz desconhecer a existência de cursos de formação continuada voltados para a educação inclusiva, enquanto a outra metade diz conhecê-la. Um dos professores, inclusive, (P5) cita onde podem ser encontrados esses cursos.

É imprescindível que o docente tenha conhecimento dos cursos que possam vir a melhorar a sua prática. A formação continuada tem sido percebida como a preparação do profissional para exercer a sua profissão em resposta às demandas sociais. Nesse contexto, a qualificação profissional abre as portas para uma educação para todos. A existência de uma educação para todos não depende somente da qualificação docente; sabemos que há uma série de fatores envolvidos. Porém, a falta desta traz graves consequências para o ensino.

O desenvolvimento na carreira de qualquer profissional ao longo de toda a sua vida surge como um desafio facilitador de uma nova visão pessoal e social, que se adeque às reivindicações e alterações da sociedade atual. No que se refere ao professor, esse desenvolvimento tem maior relevância, pois cada dia que passa o professor é mais cobrado, e ele tem que atender às demandas sociais.

Quadro 13: Questão 13 *A instituição escolar juntamente com a Secretaria de Educação do município têm oferecido subsídios ao professor, no sentido de promover um ensino que seja realmente inclusivo?*

PARTICIPANTES DA PESQUISA	RESPOSTAS
P1	<i>Não, se tem desconheço, pois nem temos escolas adequadas para atender a esses educandos especiais. Tampouco temos profissionais com formação nessa área para nos dar suporte no que diz respeito ao processo de ensino aprendizagem.</i>

P2	<i>Se tem, não tenho conhecimento.</i>
P3	<i>Não. Poderíamos ter cursos de formação com toda a comunidade escolar, visando alcançar todos os professores.</i>
P4	<i>Não</i>
P5	<i>Nenhum apoio por parte da escola e do município.</i>
P6	<i>Sim</i>
P7	<i>Não</i>
P8	<i>Não. Em nossa escola, não há nenhum apoio para promover realmente essa inclusão.</i>
P9	<i>Não respondeu.</i>

Como se pode ver, a maioria dos participantes afirma não haver nenhum apoio, nem por parte da escola, muito menos por parte da Secretaria de Educação. Diante disso, faz-se necessário que essas instituições auxiliem o professor no sentido de ampará-lo no trato com os alunos. Em uma escola que almeja a inclusão, é superimportante que haja a presença de uma equipe que dê suporte ao professorado. Além disso, para que a inclusão aconteça, é indispensável que toda a equipe esteja comprometida com o planejamento de ações e programas que viabilizem a efetivação da inclusão na escola. Nas observações realizadas durante essa pesquisa, os docentes se queixaram de sentir essa necessidade.

Sabe-se que uma instituição na qual se realiza uma gestão participativa favorece a atuação do professor, de modo especial aquele que tem alunos com deficiência em sala de aula.

É superimportante o trabalho em equipe, em qualquer área. Na educação, esta coletividade deve soar mais forte, pois estamos lidando com seres pensantes e trabalhando na coletividade; os resultados para a melhoria na educação, conseqüentemente, serão muito melhores.

Nessa perspectiva, vale lembrar que para a melhoria da educação é necessário mais do que o trabalho do professor e a recepção de conhecimentos por parte dos alunos. Existe uma série de fatores que influenciam direta e indiretamente para o progresso da educação. Para que o

professor desenvolva um bom trabalho, é preciso contar com condições de trabalho que não são somente os materiais pedagógicos. Os alunos, para que se concretize uma aprendizagem significativa, não necessitam apenas de estar todos os dias dentro de uma sala de aula e terem professores que saibam conduzir as atividades escolares. Existem fatores implícitos que podem ocorrer no âmbito escolar para fortalecer as ações voltadas para a inclusão e fazer com que esta se efetive.

Na interação entre os atores da educação, é possível que se busquem soluções para as necessidades de alunos em situação de exclusão. Além disso, os professores, encontrando apoio junto à instituição escolar, consolidam uma parceria para a inclusão.

Nesse contexto, defendo que o apoio ao professor é de fundamental importância para uma escola inclusiva, pois o processo de ensino-aprendizagem só se concretiza com a colaboração de todos, seja eles explícitos ou implícitos.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo nos mostrou alguns elementos que nos permitem uma reflexão sobre os aspectos que permeiam a educação inclusiva, com enfoque na formação do professor. Vale ressaltar que os resultados apontaram que a necessidade de uma boa formação para atender aos alunos com deficiência é um dos pilares para se ter uma educação de qualidade. Também se percebe, a partir da fala da maioria dos participantes desta pesquisa, que a educação inclusiva constitui-se como necessária para a mudança de visão de mundo numa sociedade tão desigual.

A fala dos participantes demonstra uma posição favorável à inclusão dos alunos com necessidades educacionais especiais na educação comum, bem como a urgência de o docente estar sempre buscando aprimorar a sua prática, o que só acontece através de estudos contínuos e uma formação continuada. Os professores parecem acreditar que, para a educação inclusiva acontecer no nosso município, é necessário que mudanças ocorram tanto por parte do professor como por parte de toda a comunidade escolar, além de vontade política.

Os resultados mostraram que os professores estão cientes de não estarem preparados para a inclusão, que não aprenderam as práticas educacionais eficazes com vistas à promoção da inclusão e carecem do apoio de especialistas, bem como de outros meios necessários para realizar a tão sonhada inclusão. Também eles mostraram que estar abertos a mudanças. Tal postura por parte do professor parece-nos fundamental dentro de uma perspectiva de educação inclusiva. Essa atitude mostra que os professores precisam, sim, de uma inovação frente à sua prática pedagógica.

Os desafios para que a educação inclusiva aconteça de verdade são muitos, trazendo à formação dos professores novas perguntas, e solicitando dos docentes novas posturas, saberes, competências, habilidades e atitudes. E para adquirir todos esses requisitos, os professores precisam de uma formação sólida.

A formação do professor pode impactar tanto positivamente como negativamente na aprendizagem dos alunos. Em outras palavras, quando o professor tem uma formação sólida, o desempenho do alunado tende a tornar-se mais produtivo. Entretanto, quando professor não tem uma boa formação, o desenvolvimento do aluno fica comprometido.

Partindo do pressuposto de que a inclusão implica atender a todos, vale dizer que é necessário mais investimento na formação do professor, com vistas a contribuir para uma prática profissional mais consistente e condizente com as necessidades de cada educando.

Nesse sentido, não restam dúvidas de que a formação do professor é primordial para o avanço da educação.

REFERÊNCIAS:

ABRIC, Jean Claude. ... STAINBACK, S; STAINBACK W. **Inclusão: um guia para educadores**. Porto Alegre: Artmed Editora, 1999.

ALVES, Ivelise : **A formação docente no contexto da educação inclusiva**. Ivelise Kraid Alves. Porto alegre RS 2012

BEZERRA, Ada Augusta Celestino: SOUZA, Maria Auxiliadora Aragão de. **Somos todos seres muito especiais: uma análise psico-pedagógica da política de educação inclusiva**. Fortaleza. CE: UFC.2012.

BRASIL. Ministério da Educação e do Desporto. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**, nº 9394 de 20 de dezembro de 1996.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Secretária de Educação Especial. **Política Nacional de Educação Especial**. Brasília: MEC/SEESP, 1994.

_____. **Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989**. Dispõe sobre o apoio às pessoas com deficiências sua integração social. Lex- coletânea de Legislação e jurisprudência : Legislação federal e marginalia, São Paulo, v.53, 1989.

_____. **Declaração Mundial sobre Educação para Todos**: plano de ação para satisfazer as necessidades básicas de aprendizagem. UNESCO, Jontiem/Tailândia, 1990.

_____. **Política Nacional de Educação Especial**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação. MEC/SEESP, 1994.

_____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação. MEC/SEESP, 2001.

_____. Constituição (1988). **Constituição Federal da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1988. Básica. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. Brasília: Ministério da Educação. MEC/SEESP, 2001.

_____. **Declaração de Salamanca e linha de ação sobre necessidades educativas especiais**. Brasília: CORDE. 1994.

_____. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena**. Parecer n.º: CNE/CP 009/2001.

_____. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Diário Oficial da União [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014.

_____. Ministério da educação. **Decreto nº 6.949**, de 25 de agosto de 2009. Brasília 2009.

_____. **Resolução CNE/CEB no 4/2009.**

BRASIL. Ministério da Educação. **Decreto nº 6.094, de 24 de abril de 2007.** Brasília, 2007.

BRASIL. **Resolução CNE/CP nº 01, de 18 de fevereiro de 2002:** Institui as diretrizes curriculares nacionais para a formação de professores da educação básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena. Brasília, DF, 2002.

BRASIL. Decreto Nº 3.956, de 8 de outubro de 2001. **Promulga a Convenção Interamericana para a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Pessoas Portadoras de Deficiência.** Guatemala: 2001.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Lei Nº. 10.436, de 24 de abril de 2002.** Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS e dá outras providências.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Especial. **Decreto Nº 5.296** de 02 de dezembro de 2004.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente no Brasil.** Lei n. 8.069, de 13 de julho de 1990.

BERNADES, Adriana Oliveira. **Da integração à inclusão, novo paradigma.** Disponível em <http://www.educacaopublica.rj.gov.br>

CAETANO, Andressa Mafesoni. **A formação inicial de professores na perspectiva da inclusão escolar de alunos com deficiência.** Relatório de gestão exercício 2013.

CANARIO, R. **Mudar as Escolas: o Papel da Formação e da Pesquisa,** Lisboa, Instituto de Inovação Educacional.1991

CASTRO, S. **A representação social de professores de alunos incluídos em rede regular de ensino.** Monografia (Conclusão de curso de especialização em Educação Especial na área da Deficiência Mental) - Universidade Federal de Santa Maria, Santa Maria/RS, 2002.

COMENIUS, João Amos. (1996). **Didática magna.** São Paulo: Martins Fontes.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: Saberes Necessários à prática educativa/** Paulo Freire: Paz e Terra, 1996.

_____, Paulo. (1979). **Educação como prática da liberdade.** 17.ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra.1979

GUIMARÃES, Theresinha **O professor e a educação inclusiva:** formação práticas e lugares/ Theresinha Guimarães Miranda. Teófilo Alves Galvão filho, organizadores- Salvador: EDUFBA,2012. 491 p:il

<http://ideb.inep.gov.br/> consultado em 27/08/2015

JANNUZZI, G. S. M. **Políticas públicas e a formação do professor**. In: Ciclo de debates em educação especial, 1., 1995, Campinas. Anais... Campinas: UNICAMP-FE, 1995

LIBÂNEO, J.C. **Adeus professor, adeus professora?:** Novas exigências educacionais e profissão docente. São Paulo: Cortez, 1998.

MARÇAL, L. M. P. C. L. **A formação inicial dos educadores: professores e professoras**. Cabo Verde, 2010

NASCIMENTO, Maria Júlia. **A importância da qualificação profissional: memorial de formação** / Maria Júlia Nascimento. -- Campinas, SP : [s.n.], 2006.

NUNES, C. M. F. **Saberes docentes e formação de professores:** um breve panorama da pesquisa brasileira. Educação e Sociedade, v. 22, n.74, p.27-42, abril. 2001.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS. **Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência**, 2006.

P M E, **Escrevendo a educação da nova década**. Malhada 2015-2024.

PERRENOUD, Philippe. **Formar professores em contextos sociais em mudança:** prática reflexiva e participação crítica. Trad. Denise Barbara Catani. Revista Brasileira de Educação. nº 12, set. dez. 1999.

PLETSCH, M. D. **O professor itinerante como suporte para educação inclusiva em escolas da rede municipal de educação do Rio de Janeiro**. Dissertação (Mestrado) - Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), Rio de Janeiro, 2005.

RAMOS, M C, M. **Formação continuada do professor**. São Paulo. Dep. de Didática UNESP. V 26- 27,1990,1991.

RAPOSO. M. B. T; MACIEL. D. M.A. **A psicologia e a formação de professores:** ação e reflexão a partir da percepção de professores em formação. Interação10. Curitiba, 2006.

RIBEIRO, Maria Júlia Lemes. **Formação de professores:** conhecendo as formas de organização curricular das especializações e as necessidades do professor para a prática de uma educação inclusiva. Tese de Doutorado. Faculdade de Educação / Universidade de São Paulo. 2005.

RODRIGUES, David (org.) **“Inclusão e Educação: doze olhares sobre a Educação Inclusiva”**, S. Paulo. Summus Editorial, 2006.

SANT`ANA,I.M. **Educação inclusiva: Concepções de professores e diretores**. Psicologia em estudo, Maringá,v.10,n.2,P27-234,maio/agosto,2005.

SANTOS, Regina Rita da Silva. **Formação continuada de educadores para uma escola inclusiva**: Estudo de caso. São Paulo, UNOESTE, 2006

SANTOS, Teresa Cristina coelho dos. **Educação Inclusiva**: Práticas de Professores frente a deficiência intelectual/Teresa Cristina coelho dos Santos. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2012.

SHÖN, D A. **Formar professores como profissionais reflexivos**. In._____. Os professores e sua formação. Lisboa: Dom Quixote, 1992.

VIGOTSKY, L. S. **A formação social da mente**. São Paulo: Martins Fontes, 1994..

WWW.educasenso.inep.gov.br.acesso em 21/10/ 2015

APÊNDICES



Universidade de Brasília
Instituto de Psicologia
Coordenação dos Cursos de Pós-Graduação *Lato Sensu*
Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

Aluna: Maria Aparecida dos Santos Nogueira

Polo: Carinhanha

Turma: 07

Professora Orientadora: Fernanda Cupolillo

QUESTIONÁRIO

Nome fictício:

Função: _____

Área de atuação: _____

1- Qual a sua área de formação?

2- Você fez alguma pós-graduação ou especialização? Se sim, em que área?

3- Quanto tempo tem de regência de classe?

4- Qual o seu conceito de educação inclusiva?

5- Você já fez algum curso de formação voltado para a educação especial?

6- Você tem alunos com necessidades educacionais especiais em sua sala ou já trabalhou com alunos deficientes?

7- Como professor (a), você está sujeito (a) a receber alunos com deficiência em sua sala. Você se sente seguro (a) para trabalhar com crianças que tenham NEE?

8- Você se sente motivado a procurar algum curso de formação continuada para trabalhar especificamente com alunos com necessidades educacionais especiais?

9- Sabemos que a presença do aluno na escola não garante sua inclusão. Como você vê a inclusão educacional no município de Malhada?

10- A formação do professor é crucial para a melhoria da qualidade do processo de ensino-aprendizagem. Para você, de que maneira a formação do professor interfere nesse processo?

11- Como você vê seu trabalho frente à educação inclusiva e quais desafios enfrenta no seu trabalho pedagógico?

12- Você tem conhecimento de que o governo (estadual e/ou municipal) tem disponibilizado cursos de formação continuada para professor, voltados para a educação inclusiva?

13- A instituição escolar, juntamente com a Secretaria de Educação do município, tem oferecido subsídios ao professor, no sentido de promover um ensino que seja realmente inclusivo?

ANEXOS



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde PGPDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

Da: Universidade de Brasília– UnB/Universidade Aberta do Brasil – UAB

Polo: Carinhonha

Para: o (a): Ilmo(a). Sr(a). Diretor (a)

Instituição: Escola municipalizada Rui Barbosa

Carta de Apresentação

Senhor (a), Diretor (a),

Estamos apresentando a V. S^a o(a) cursista pós-graduando(a) **Maria Aparecida dos Santos Nogueira** que está em processo de realização do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar.

É requisito parcial para a conclusão do curso, a realização de um estudo empírico sobre tema acerca da inclusão no contexto escolar, cujas estratégias metodológicas podem envolver: entrevista com professores, pais ou outros participantes; observação; e análise documental.

A realização desse trabalho tem como objetivo a formação continuada dos professores e profissionais da educação, subsidiando-os no desenvolvimento de uma prática pedagógica refletida e transformadora, tendo como consequência uma educação inclusiva.

Desde já agradecemos e nos colocamos a disposição de Vossa Senhoria para maiores esclarecimentos no telefone: (061) 3107-6911.

Atenciosamente,

Coordenador (a) do Polo ou Professor (a)-Tutor(a) Presencial

Coordenadora Geral do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar: **Prof^a Dr^a Diva Albuquerque Maciel**



Universidade de Brasília – UnB

Instituto de Psicologia – IP

Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED

Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Senhor (a) Professor (a),

Sou orientando (a) do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar, realizado pelo Instituto de Psicologia por meio da Universidade Aberta do Brasil/Universidade de Brasília (UAB-UNB) e estou realizando um estudo sobre **A formação do Professor das Séries Iniciais Para Uma Educação Inclusiva no Município de Malhada**. Assim, gostaria de consultá-lo (a) sobre seu interesse e disponibilidade de cooperar com a pesquisa.

Esclareço que este estudo poderá fornecer às instituições de ensino subsídios para o planejamento de atividades com vistas à promoção de condições favoráveis ao pleno desenvolvimento dos alunos em contextos inclusivos e, ainda, favorecer o processo de formação continuada dos professores nesse contexto de ensino. A coleta de dados será realizada por meio de observação das situações rotineiras da escola, entrevistas e questionários.

Esclareço que a participação no estudo é voluntária e livre de qualquer remuneração ou benefício. Você poderá deixar a pesquisa a qualquer momento que desejar e isso não acarretará qualquer prejuízo ou alteração dos serviços disponibilizados pela escola. Asseguro-lhe que sua identificação não será divulgada em hipótese alguma e que os dados obtidos serão mantidos em total sigilo, sendo analisados coletivamente. Os dados provenientes de sua participação na pesquisa, tais como resposta ao questionário da entrevista e entrevista, ficarão sob a guarda do pesquisador responsável pela pesquisa.

Caso tenha alguma dúvida sobre o estudo, o (a) senhor (a) poderá me contatar pelo telefone (77) 99317578 ou no endereço eletrônico cydanogueira@hotmail.com. Se tiver interesse em conhecer os resultados desta pesquisa, por favor, indique um e-mail de contato.

Este documento foi elaborado em duas vias, uma ficará com o (a) pesquisador (a) responsável pela pesquisa e a outra com o senhor (a).

Agradeço antecipadamente sua atenção e colaboração.

Respeitosamente.

Assinatura do Pesquisador

Assinatura do Professor

Nome do Professor:

E-mail (opcional):



Universidade de Brasília – UnB
Instituto de Psicologia – IP
Departamento de Psicologia Escolar e do Desenvolvimento – PED
Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano e
Saúde - PGPDS
Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão
Escolar

Aceite Institucional

O (A) Sr./Sra. _____
diretora da Escola municipalizada Rui Barbosa está de acordo com a realização da pesquisa **A formação do professor das séries iniciais para uma educação inclusiva**, de responsabilidade do(a) pesquisador(a) MARIA APARECIDA DOS SANTOS NOGUEIRA, aluna do Curso de Especialização em Desenvolvimento Humano, Educação e Inclusão Escolar no Instituto de Psicologia do Programa de Pós-Graduação em Processos de Desenvolvimento Humano da Universidade de Brasília, realizado sob orientação da Prof. Doutor/Mestre. FERNANDA CUPOLILLO MIANA DE FARIA.

O estudo envolve a realização de observação das situações rotineiras da escola, questionário e entrevista com os professores da Escola Municipalizada Rui Barbosa. A pesquisa terá a duração de 15 dias, com previsão de início em 24/09 20215 e término em 09 /10/ 2015.

Eu, _____ diretora da Escola Municipalizada Rui Barbosa declaro conhecer e cumprir as Resoluções Éticas Brasileiras, em especial a Resolução CNS 196/96. Esta instituição está ciente de sua corresponsabilidade como instituição coparticipante do presente projeto de pesquisa, e de seu compromisso no resguardo da segurança e bem-estar dos sujeitos de pesquisa nela recrutados, dispondo de infraestrutura necessária para a garantia de tal segurança e bem-estar. _____/_____/_____.

Nome do (a) responsável pela instituição

Assinatura e carimbo do (a) responsável pela instituição